

## • Política

### LEGISLATIVO

# Congresso já ajuda <sup>21C</sup> Orçamento pode ser votado antes do Natal novo governo

por César Felício  
de Brasília

por Eliane Cantanhêde  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

ontem no Congresso para defender sua votação ainda neste ano. Um dos projetos é o do Orçamento da União para 1995, fundamental para que Fernando Henrique possa enviar projetos de lei, já em janeiro, prevendo a realocação das verbas para ministérios extintos - Bem-Estar Social e Integração Regional - para outras prioridades.

A reforma administrativa está na dependência direta dos nomes e partidos que irão ocupar os cargos-chave do governo, e que foram praticamente fechados ontem. Exemplo: o deputado Gustavo Krause (PFL-PE) só aceitou o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos depois de consultar o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, e os senadores Marco Maciel (PE) e Guilherme Palmeira (AL), e acertado com eles que reivindicaria uma forte configuração para a pasta.

"Sem os programas de irrigação, o ministério não vale nem para o Krause nem para nós", explicou o senador Palmeira, que tem almoço marcado, hoje, com o presidente eleito. E o deputado Carlos Wilson (PSDB-PE) provocou o amigo Krause, em conversa, ontem: "Você tem cara de Tânia Munhoz?" Referia-se à diretora do Ibama, órgão de terceiro escalão que cuida do meio ambiente e ao qual o deputado comparava o novo ministério, se ficasse sem a irrigação.

Assim, o PFL reivindica que a pasta seja brindada, na reforma administrativa de janeiro, com a Sudene, a Codevasf, o DNOCS, a Defesa Civil e a poderosa Secretaria de Irrigação. Quem pode sair perdendo é o novo ministro do Planejamento, José Serra (PSDB-SP), que ficaria com a Sudene, prometendo gerir com mão de ferro as desorganizadas finanças públicas. Por isso, assusta os aliados pefelistas, sobretudo os do Nordeste.

Fernando Henrique deverá ter uma outra colher-de-chá dos presidentes dos partidos aliados. Eles terão reunião na terça-feira que vem para acertar facilidades nas votações. "Estamos discutindo um rito sumário de discussão e votação, para que o novo governo não seja prejudicado por discussões estereis e longas no Congresso", admitiu o presidente do PTB, senador José Eduardo Andrade Vieira (PR). Esse processo é comandado pelo vice-presidente eleito, Marco Maciel.

Quem melhor deu o tom da convocação extraordinária aos moldes do governo foi o deputado José Tomás

Nonô (PMDB-AL). "Foi uma convocação ampla, geral e irrestrita, como jamais se viu", disse. Pois é. Mostra muito bem a força que Fernando Henrique, antes mesmo de assumir, já tem no Congresso Nacional.

O relator da Comissão Mista de Orçamento, Gilberto Miranda (PMDB-AM), começa a preparar o substitutivo do seu relatório sobre o Orçamento Geral da União para 1995, incorporando as cerca de mil modificações na peça orçamentá-

ria original aprovadas pela Comissão anteontem. A previsão é de que o trabalho esteja concluído na próxima terça-feira, data em que finalmente o orçamento seria encaminhado ao plenário.

A comissão aprovou o projeto elaborado por Gilberto Miranda ainda na tarde de terça-feira, mas a discussão de quase mil destaques apre-

sentados se prolongou até a madrugada. A proposta orçamentária totaliza R\$ 118,9 bilhões disponíveis para a União; incluindo a rolagem da dívida federal e outros encargos, o valor total do orçamento é de R\$ 266,8 bilhões, informou a Agência O Globo.

#### EMENDAS DE

R\$ 2,1 BILHÕES

O relatório acolheu um

total de 131 emendas parciais ou totais ao texto original, envolvendo um remanejamento de verbas da ordem de R\$ 2,1 bilhões. Todas as emendas são provenientes de proposições dos governadores eleitos ou das bancadas parlamentares, segundo informação da assessoria da Comissão Mista. O sena-

dor justificou as modificações afirmando que elas representam valor ínfimo, se comparado aos projetos de suplementações orçamentárias enviados pelo governo federal neste mês, conhecidos como "Jumbão", que remanejam verbas da ordem de R\$ 20 bilhões.

A proposta orçamentária

enviada pelo Executivo ao Legislativo foi alvo de muitas críticas, principalmente devido à demanda do governo em apresentar o projeto. A proposta deverá ser votada agora pelo plenário do Congresso na próxima semana, durante a convocação extraordinária do Legislativo definida ontem.